



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 468, DE 2020

Susta os efeitos do Decreto nº 10.530, de 26 de outubro de 2020, que “Dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de elaboração de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada.”

**AUTORIA:** Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA)

### DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Humberto Costa

## PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2020

Susta os efeitos do Decreto nº 10.530, de 26 de outubro de 2020, que “Dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de elaboração de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada.”

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Com fundamento no inciso V do art. 49 da Constituição Federal, ficam suspensos os efeitos do Decreto nº 10.530, de 26 de outubro de 2020, que “Dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de elaboração de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada.”

**Art. 2º** Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

O presidente Jair Bolsonaro editou no último dia 26 o Decreto nº. 10.530 para dispor sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde no âmbito do PPI da Presidência da República com o objetivo de elaborar estudos visando à promoção de parcerias com a iniciativa privada.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Humberto Costa

O Sistema Único de Saúde, previsto na Constituição Federal de 1988, é universal e, como o nome propõe, único. É um organismo que está presente em todos os municípios brasileiros e a Atenção Básica é a porta de entrada do nosso sistema, sendo a responsável pela solução de mais de 80% dos problemas de saúde da população.

As milhares de unidades de atenção básica espalhadas pelo país foram responsáveis por inúmeras vitórias que registramos na saúde brasileira, como a redução da mortalidade infantil e das mortes evitáveis, e o programa de vacinação. O governo brasileiro não deve buscar a privatização da atenção básica, mas, reforçar o investimento com recursos financeiros e organizacionais para que haja, cada vez mais, o aprimoramento do SUS.

Privatizar a atenção básica não tornará o SUS mais acessível ou eficiente. Pelo contrário, o interesse privado só se sustenta onde há lucro. O lucro da atenção básica é a boa saúde da população, é o interesse público, definitivamente. Além disso, entendemos que o decreto editado pelo governo Bolsonaro não tenha atendido a todos os dispositivos legais que versam sobre o SUS.

A Lei 8.080, de 1990, prevê que:

[...]

Art. 14-A. As Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite são reconhecidas como foros de negociação e pactuação entre gestores, quanto aos aspectos operacionais do Sistema Único de Saúde (SUS). [\(Incluído pela Lei nº 12.466, de 2011\).](#)

Parágrafo único. A atuação das Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite terá por objetivo: [\(Incluído pela Lei nº 12.466, de 2011\).](#)

I - decidir sobre os aspectos operacionais, financeiros e administrativos da gestão compartilhada do SUS, em conformidade com a definição da política consubstanciada em planos de saúde, aprovados pelos conselhos de saúde; [\(Incluído pela Lei nº 12.466, de 2011\).](#) [...]

A Lei 8.142, de 1990, reforça:





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Humberto Costa

[...]

Art. 1º O Sistema Único de Saúde (SUS), de que trata a [Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990](#), contará, em cada esfera de governo, sem prejuízo das funções do Poder Legislativo, com as seguintes instâncias colegiadas:

I - a Conferência de Saúde; e

II - o Conselho de Saúde.

§ 1º A Conferência de Saúde reunir-se-á a cada quatro anos com a representação dos vários segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para a formulação da política de saúde nos níveis correspondentes, convocada pelo Poder Executivo ou, extraordinariamente, por esta ou pelo Conselho de Saúde.

§ 2º O Conselho de Saúde, em caráter permanente e deliberativo, órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

[...]

Entendemos que o SUS é de responsabilidade de todos os entes da federação e uma decisão como essa não pode ser tomada com base na canetada do presidente da República: tem de haver uma ampla discussão com todos os órgãos de representação do SUS e da população, inclusive para respeitar os dispositivos legais que versam sobre o tema.

Além disso, identificamos que o decreto não respeita a legislação atual quando o representante do órgão federal responsável pela direção do SUS, que é única, deixa de assinar o referido instrumento.

O art. 198 da Constituição Federal dispõe que “As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: I – descentralização, com direção única em cada esfera do governo; [...]” O art. 9º da Lei 8.080, de 1990, por sua vez, prevê, em seu inciso I, que no âmbito da União, o Ministério da Saúde é órgão responsável pela direção do SUS. Logo, não havendo assinatura do Ministro da Saúde, observa-se flagrante desrespeito aos preceitos constitucionais e legais no referido decreto.





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Humberto Costa

Ressalte-se que diversos órgãos e entidades já se manifestaram contra o dispositivo editado pelo governo. O Conselho Nacional de Saúde, por intermédio de seu presidente, distribuiu a seguinte nota:

“Nós, do Conselho Nacional de Saúde, não aceitaremos a arbitrariedade do presidente da República, que no dia 26 editou um decreto publicado no dia 27, com a intenção de privatizar as unidades básicas de saúde em todo o Brasil. Nossa Câmara Técnica de Atenção Básica vai fazer uma avaliação mais aprofundada e tomar as medidas cabíveis em um momento em que precisamos fortalecer o SUS, que tem salvado vidas. Estamos nos posicionando perante toda a sociedade brasileira como sempre nos posicionamos contra qualquer tipo de privatização, de retirada de direitos e de fragilização do SUS. Continuaremos defendendo a vida, defendendo o SUS, defendendo a democracia.”

Estamos em constante luta contra um governo que está aos poucos entregando nossas conquistas para a iniciativa privada. O SUS não tem de ser privatizado, o SUS tem de ser fortalecido para que os milhões de brasileiros que dependem dele possam continuar sendo atendidos.

Por estas razões, solicitamos o apoio das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores para aprovação deste Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, em        de outubro de 2020.

**Senador HUMBERTO COSTA**

**Senadora ZENAIDE MAIA**

**Senador ROGÉRIO CARVALHO**

**Senador PAULO PAIM**

**Senador PAULO ROCHA**

**Senador JEAN PAUL PRATES**

**Senador JAQUES WAGNER**



SF/20044.17181-37

# LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
  - inciso V do artigo 49
  - artigo 198
- Decreto nº 10.530 de 26/10/2020 - DEC-10530-2020-10-26 - 10530/20  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2020;10530>
- Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990 - Lei Orgânica da Saúde - 8080/90  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8080>
  - artigo 9º
- Lei nº 8.142, de 28 de Dezembro de 1990 - LEI-8142-1990-12-28 - 8142/90  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8142>
- Lei nº 12.466, de 24 de Agosto de 2011 - LEI-12466-2011-08-24 - 12466/11  
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2011;12466>